

REDE NACIONAL DE CUIDADOS A PESSOAS IDOSAS

PLANO NACIONAL DE INTERVENÇÃO PARA UM ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Portugal precisa com urgência de dar resposta aos problemas do envelhecimento mas mais que isso encontrar soluções rápidas para o drama das pessoas idosas abandonadas ou sem acompanhamento que recentemente tem sido os actores dos principais noticiários.

A Associação Amigos da Grande Idade há muito que reflecte sobre esta situação e há muito que acompanha esta verdadeira chaga tornada publica por ultrapassar todas as preocupações da sociedade, quando uma pessoa morre e fica nove anos dentro de um apartamento.

Procurar culpados ou responder por reacção não só é insignificante como produz a ideia de que os problemas vão ser resolvidos e descansa a sociedade que se mantém sentada nos seus sofás em frente à televisão até que novo drama surja.

A questão é que os idosos estão abandonados, mas não são só os idosos que aparecem mortos. Existem milhares de idosos que, respirando e apresentando outros sinais vitais, estão há muito mortos, Em casa sem acompanhamento, em casa com acompanhamento desadequado que tira férias nos fins-de-semana e feriados, em Instituições pouco credíveis, sem fiscalização e sem dignidade, no Serviço Nacional de Saúde quando a ele recorre e apenas trata da ferida visível, nas nossas cidades, sem referências e sem condições para as suas incapacidades e limitações, nas nossas vilas e aldeias com o orgulho de que pedir ajuda e solidariedade não é digno de uma vida de trabalho árduo que nunca necessitou de bondades e caridades. Os Idosos estão em geral sós e sentem-se inúteis e sem qualquer auto-estima.

Mas é necessário encontrar soluções e é nesta procura que a Associação ocupa parte do tempo dos seus colaboradores, amigos e conhecidos.

Ao contrário do que é próprio no nosso País, a Associação julga que não precisamos de copiar modelos nem de criar expectativas como se fossemos um País rico e desenvolvido. Pensamos que é a nossa criatividade e a nossa capacidade que deve ser utilizada e apresentar algumas possíveis respostas. Que não deverão ser colocadas de lado logo á partida sem discussão e análise profunda como também é próprio de uma série de entidades que, mais tarde, vem dizer que nunca lhe foi feita qualquer proposta.

A solução para este drama chama-se, na nossa modesta opinião REDE NACIONAL DE CUIDADOS E SERVIÇOS A PESSOAS IDOSAS ou PLANO NACIONAL DE INTERVENÇÃO PARA UM ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL.

Esta Rede tem obrigatoriamente de ser dotada de uma liderança capaz, firme e conhecedora da realidade do terreno e que consiga agregar todas as respostas que já existem, enquadrando-as e partilhando-as.

Uma rede que tenha uma porta de entrada que para nós é o Centro de Saúde e exclusivamente esta resposta. Não podemos ter várias portas de entrada como hoje fazendo com que as pessoas entrem por qualquer uma delas: Segurança Social, Instituições de Solidariedade, Centro de Saúde, Hospital, Cuidados Continuados, Projectos, pré projectos e projectos-piloto, Rede Social, Serviços Sociais das autarquias, Bombeiros, Cruz Vermelha, sistemas de complementaridade, etc.

A porta tem que ser única. Entrando numa porta única a informação, o controlo da situação e os recursos de cada pessoa idosa podem ser monitorizados e é de monitorização que esta área precisa. Monitorização das condições, das necessidades, dos recursos, do financiamento e da qualidade.

O Centro de Saúde tem a obrigação de monitorizar todas as pessoas da sua área a partir dos 65 anos de idade ou de uma outra idade que de determine já que este pequeno indicador causa de imediato problemas a quem não quer discutir pragmaticamente a situação e gosta de andar a analisar formas desprezando os conteúdos.

A partir do momento em que o cidadão entra na consulta do envelhecimento, promovida pelo Centro de Saúde, entra na Rede, necessite ou não de cuidados.

Esta informação é partilhada com a liderança da rede e em conjunto é determinado o acompanhamento futuro do cidadão, podendo prever-se acontecimentos críticos e necessidades básicas.

Depois desta porta o cidadão pode manter a sua vida normal, ainda que aconselhado a prevenir o seu envelhecimento para que o mesmo seja mais saudável e activo ou pode ser indicado para acompanhamento domiciliário, institucionalização, tele-assistencia, visitas periódicas, centro de dia, etc. Mas essa determinação passa por depender de credencial do Centro de saúde e da liderança da rede. É por esta indicação que devem ser processados os financiamentos, tendo a liderança da rede e o centro de saúde a possibilidade de avaliar periodicamente a qualidade da resposta que foi dada.

Mas o Centro de Saúde deve ter uma ligação permanente com a Rede Social da sua zona geográfica. Rede Social que terá obrigatoriamente de ser dotada de comissão executiva com autoridade para determinar cuidados e serviços. É essa comissão executiva que deve gerir listas de espera e que deve determinar novos investimentos em função de necessidades. Uma comissão executiva em que a autarquia deverá ter uma liderança firme e que congregue representantes das diversas respostas da região.

Poderão os mais críticos dizer que o aumento de custos é enorme e o País não está preparado para isto.

Falso. As centenas de técnicos actuais que tratam exclusivamente de problemas da Grande Idade, espalhados por autarquias, segurança social e mesmo ministério da saúde são em número excessivo para aquilo que deixavam de fazer (mal) e aquilo que necessitamos que passem a fazer (Bem).

Por outro lado a redução dos custos com a implementação de uma rede deste género é evidente: menos recursos à Hospitalização, menos recursos à Urgência Hospitalar, menos recursos medicamentosos em função da duplicação de medicação neste sector, menos custos por acontecimentos críticos como quedas e traumatismos diversos, doenças crónicas incapacitantes, etc.

Quando um homem sonha e quando um homem quer a obra nasce.

Por isso a Associação propõe um profundo debate sobre esta proposta de criação de um PLANO NACIONAL DE INTERVENÇÃO que responda aos problemas de hoje mas que se prepare para responder às necessidades de amanhã.

Temos a ideia de que a solução é boa e que muitos dirão que já a propuseram e ainda que outros a tentarão criticar para posterior utilização com mudança de uma ou outra nunca, contudo o que nos interessa verdadeiramente é que os problemas se resolvam, tenha a associação protagonismo ou não.

É evidente que deveremos referir que este plano ou qualquer outro não se podem implementar sem uma forte alteração legislativa. Essas alterações estão há muito propostas nas cinco medidas nacionais da Associação e tem a ver com a liderança, financiamento, tipologias das respostas e qualidade dos cuidados.

Associação Amigos da Grande Idade

8 de Fevereiro de 2011